

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Resumo)

INTRODUÇÃO

A 25 de maio de 2018 entra em vigor o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais – Regulamento nº 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

Esta legislação estabelece novas regras relativas à proteção, tratamento e livre circulação dos dados pessoais das pessoas singulares e que se aplica diretamente a todas as entidades que procedam ao tratamento desses dados, em qualquer Estado membro da União Europeia, nomeadamente Portugal.

Nos termos legais são considerados "dados pessoais" qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável, pelo que a proteção não abrange os dados de pessoas coletivas.

A presente Política de Privacidade aplica-se aos dados pessoais de indivíduos participantes em ações de formação desenvolvidas pela ATAR – Serviços, Lda.

1. Finalidade do tratamento

Os dados pessoais dos formandos poderão ser recolhidos e tratados pela entidade com as seguintes finalidades:

- Organização administrativa e desenvolvimento de ações de formação
- Emissão de Certificados de Formação através da Plataforma SIGO;
- Emissão de Cartões de Segurança de Condutores Manobreadores de Equipamentos
- Gestão administrativa de projetos de formação promovidos por entidades terceiras;
- Cálculo e pagamento de bolsas/ subsídios de formação e seguros de formação;
- Tratamento estatístico de dados.

2. Categorias de dados pessoais a recolher

Para as finalidades acima referidas, a entidade poderá recolher e tratar os dados pessoais bem como o original e cópias dos respectivos documentos em que se incluam nas seguintes categorias:

- Dados de identificação pessoal (Nome completo, data de Nascimento, Naturalidade, Nacionalidade);
- Nº do documento de Identificação e Validade, NIF (e cópia do documento quando tal for exigido por entidades de financiamento da formação);
- Cartão de identificação do sistema de Segurança Social (no caso de formação financiada)
- Foto (Formação de Condutores manobreadores e Passaporte de segurança e cursos de aprendizagem)
- Situação familiar (quando tal for exigido por entidades de financiamento da formação);
- Outros dados: Morada, contacto telefónico (formandos individuais), mail (formandos individuais).
- No caso da formação desenvolvida no âmbito de Programas de Financiamento serão ainda necessários documentos comprovativos de NIB, Situação face ao emprego, Habilitações escolares.
- Os formandos inscritos em Formação Aprendizagem serão necessários ainda dados da segurança Social, situação familiar, RSI (Rendimento Social de Inserção), processo escolar encaminhado pela anterior escola e Dados dos Encarregados de Educação (se o formando for menor).

3. Prazo de conservação de dados

- Para efeitos administrativos e financeiros os dados serão mantidos pelo prazo de 10 anos;
- No caso de formação financiada, os prazos de conservação obedecem ao estipulado pela Regulamentação específica de cada Programa de financiamento, podendo no limite, ser conservada até 15 anos após o término do Programa.

4. Destinatários dos dados

São destinatários dos dados:

- As entidades a quem os dados devam ser comunicados por força de disposição legal ou a pedido do titular dos dados;
- **DGERT**- Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho, no âmbito do processo de certificação da entidade como entidade formadora;
- IEFP- no âmbito dos cursos de Aprendizagem ou da certificação de cursos específicos.
- SIGO- Plataforma Nacional de emissão dos Certificados de Formação.
- As companhias de seguros com quem é celebrado o contrato de seguro de acidentes de trabalho ou de acidentes pessoais.
- Outras entidades que prestam serviços técnicos e especializados à entidade, tais como de contabilidade, informática;
- Unidades de Gestão no âmbito de Programas de Financiamento do Estado Português e União Europeia.

5. Direitos (Artigos 16º a 21º)

Os participantes gozam, em conformidade com a lei, dos seguintes direitos:

- **Direito à informação:** o titular tem direito a saber como, com que finalidade e durante quanto tempo os seus dados serão utilizados.

- **Direito a ser notificado:** sempre que forem violados dados com risco para o seu titular, este deve ser notificado;
- **Direito de acesso:** os cidadãos podem obter acesso aos dados que lhes digam respeito;
- **Direito à portabilidade:** o cidadão pode receber todos os seus dados e enviá-los a outra empresa;
- **Direito de oposição:** Tem o direito de se opor a que os seus dados pessoais sejam comunicados a terceiros, salvo disposição legal em contrário, ou que os seus dados não sejam objeto de tratamento, por razões ponderosas e legítimas relacionadas com a sua situação particular.
- **Direito a eliminação e esquecimento:** os seus dados sejam eliminados desde que a finalidade que motivou a sua recolha tenha sido extinta; os seus dados foram tratados ilicitamente, desde que não se oponha as obrigações legais de conservação de dados;
- **Direito de retificação:** Tem o direito de exigir que os dados a seu respeito sejam exatos e atuais, podendo solicitar a sua retificação.

Leiria, 25 de maio de 2018